

## **A igualdade “por baixo” e a escadaria “do céu”: erradicação da pobreza, ambientalismo e pluralidade num caso de conflito socioambiental na cidade de Vitória**

**Celeste Ciccarone**<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo consiste numa serie de aproximações ao foco da análise de uma pesquisa ainda em andamento<sup>2</sup> que trata da disputa por um espaço urbano identificado como área de proteção ambiental integral, envolvendo poder publico municipal, ambientalistas e comunidades tradicionais, considerando a eclosão do conflito socioambiental como condição de possibilidade de emergência e confronto entre diferentes modelos culturais de significações-usos dos recursos naturais. Desenvolvido nos moldes de uma pesquisa-ação, o estudo pretende colocar em debate os obstáculos ao reconhecimento de identidades e direitos de povos e comunidades tradicionais que vivem na cidade de Vitória (ES), tendo em vista a política municipal de remodelamento da região metropolitana que, em nome da promoção da igualdade cidadã, incorporando os interesses de setores influentes da sociedade local, se utiliza da retórica ambientalista e dos riscos para remover e realocar estes grupos, enraizados em áreas de preservação ambiental, e aglutinados na categoria genérica de pobres.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> A partir do projeto de pesquisa intitulado “Políticas da Identidade: comunidades tradicionais no bairro da Fonte Grande. Vitória-ES”, contemplado no Edital PIBIC-PIVIC de 2008 e desenvolvido, sob minha coordenação, pelos alunos do Curso de Ciências Sociais/UFES Filipe Guimarães e Fernanda Carvalho Figueira, foi elaborada a comunicação “Áreas urbanas de interesse ambiental: acerca das relações entre políticas públicas e políticas de identidade num caso de conflito socioambiental”, apresentada no GT “Prácticas y Saberes Territoriales: Conflictos y Dinámicas de Apropiación Cultural del Ambiente”, na VIII Reunión de Antropología del Mercosur - RAM, em Buenos Aires, Argentina, 2009. Uma versão atualizada do projeto foi contemplada no Edital - 2009 do Fundo de Apoio a Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Vitória (FACITEC) dando continuidade à investigação no período de um ano entre 2010 e 2011, sendo um de seus principais objetivos, a construção de uma cartografia social por parte da comunidade atingida. Atualmente o projeto está sendo desenvolvido, sob minha coordenação, por uma equipe composta pelos alunos de Ciências Sociais da UFES, Filipe Guimaraes, Fernanda Carvalho Figueira, Alexandre del Piero, Raphael Brun, e pelos cientistas sociais Edmilson Rodrigues de Souza, Felipe Moura e Gabrielly Merlo de Souza, mestranda do PPGAS –UFMG.

### **Situando o conflito**

O Morro da Fonte Grande, na região central da ilha de Vitória (ES) <sup>3</sup>, foi assim denominado pela presença de numerosas fontes e bicas de água que atraíram para suas proximidades os colonizadores na escolha dos lugares propícios para as edificações da nova sede da Capitania, conciliando a necessidade de se proteger e defender dos ataques dos rivais europeus e dos povos indígenas, originários daquelas terras, com o aproveitamento dos recursos hídricos que abasteceram a cidade até começo do século XX. A parte mais elevada do morro é habitada atualmente por uma comunidade composta de cerca de trinta e oito famílias que ocupam há varias décadas e tradicionalmente a localidade. Na década de 1960, o lugar passou a ser identificado, pela sociedade do entorno, como “Campinho” <sup>4</sup> em função do pequeno e freqüentado campo de futebol construído pela comunidade.

Com a criação do Parque Estadual da Fonte Grande (PEFG) em 1986, o espaço de vida da comunidade ficou recortado e espremido entre duas seções da área de proteção integral cuja fiscalização, a partir de 2001, se encontra sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória (SEMAMM). Os núcleos familiares, unidos por laços de parentesco, afinidade e alianças, distribuem-se em casas de alvenaria, pau-a-pique e pedra, construídas nos arredores do ponto culminante do parque que alcança uma altitude de 309 metros e, em cujas proximidades, se encontram antigas fazendas de criação de gado leiteiro e pontos turísticos da cidade conhecidos como “Antenas da TV” e “Mirante”, cuja visibilidade em nada se compara com a ausência de referência à comunidade, nas mais diferentes fontes de

---

<sup>3</sup> A vila de Vitória (ES) foi edificada numa area insular ligada através de pontes a uma área continental que passou a ser ocupada somente na segunda metade do século XX. Antes da batalha dos colonizadores portugueses contra os índios Goitacazes em 08 de setembro de 1551 que resultou no extermínio destes últimos, era denominada de Vila Nova em contraste com Vila Velha, antiga sede da Capitania do Espírito Santo.

<sup>4</sup> O campo de futebol Benjamin Matias foi fundado por antigos moradores que formaram vários times de futebol (Diagnostico Socioeconomico da Comunidade de “Campinho” da Fonte Grande. Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria de Gestão Estratégica, Núcleo Gestor do ProjetoTerra Mais Igual, Poligonal 3, 2009)

informação sobre o parque e a cidade. Este espaço urbano amnésico<sup>5</sup> com feições de zona rural é um lugar intersticial, e, como tal, expressão de uma “desordem” nas classificações instituídas de duas configurações espaciais do centro da cidade, contíguas e diferencialmente conhecidas: o parque, santuário da riqueza da biodiversidade e o morro, território de concentração da pobreza.

Conforme descrição fornecida pela SEMMAM<sup>6</sup>, o Parque Estadual da Fonte Grande (PEFG) representa a última faixa contígua de grande porte do Maciço Central, enquadrada na categoria jurídica de área de proteção ambiental (APA) criada em 1992 (Decreto n.8811), que inclui as áreas verdes urbanas do Parque da Gruta da Onça, da Reserva Ecológica Municipal Pedra dos Dois Olhos, e do Parque de Tabuazeiro, num total de 1.100 hectares de remanescentes da Mata Atlântica em diferentes estágios de recuperação.

Com uma área total de 260 hectares, relevo acidentado, vales e pontões, a maioria dos limites do Parque está acima do nível altímetro de 50 metros. A vegetação é característica das encostas da Mata Atlântica primária (mulembá, o aderne ou cobi, o cedro e o pau-jacaré) e secundária (cinco folhas, angico, sapucainha, louro, pau-d'alho, juazeiro, jacarandá-bravo, embaúba, unha de vaca, quixabeira, jequitibás, adernes, pau-ferro, peroba-rosa, jacarandá mimoso, figueiras). No Parque se encontram também arbustos de leiteira e orelha de lebre, e mais espécies vegetais como o cipó de São João, epífitas barba-de-velho, bromélias e orquídeas. O lugar abriga ainda uma fauna variada de animais de pequeno porte, como répteis (jibóia, teiú, coral, jararaca), mamíferos, entre os quais morcegos e gambás e primatas, como o sagüi-da-cara-branca, sagüi-da-cara-pintada, macacos-prego, invertebrados como borboletas azuis, e aves como sanhaço, beija-flor, jacupemba, araponga, melro, juriti, pica-pau e bem-te-vi.

---

<sup>5</sup> O “espaço amnésico” resulta do empobrecimento da vida cotidiana dos conteúdos da história acumulada (Carlos, 2005, p. 231, apud Palhano, 2009).

<sup>6</sup> <http://www.vitoria.es.gov.br/semmam.php?pagina=fontegrande>

O Parque faz fronteira a leste com os bairros de classe média e média alta, como Jucutuquara e Fradinhos, com os bairros mais populares de Santo Antônio, Caratoíra e Boa Vista, a oeste, e com o conjunto de localidades que compõem a região de baixa renda de São Pedro, ao norte, e ao sul com o Centro da cidade, mais especificadamente com os morros da Fonte Grande, Piedade, Mulundu, Santa Clara, Pedra do Vigia e Bastos.

Apesar da Fonte Grande e de alguns destes morros da região central de Vitória, ter sido parcialmente ocupados desde a época da criação da cidade, com a edificação de fazendas e de casebres habitados por indígenas reduzidos e escravizados<sup>7</sup>, a história oficial convencionou datar a ocupação destes locais destinados aos “sem direitos à cidade” no final do século XIX, em função de diferentes processos de expulsão da população de seus lugares e de sua realocação incentivada por intervenções políticas municipais.

Em decorrência da implementação da política municipal de embelezamento urbano e de intervenção sanitária de higienização social promovida pela administração Muniz Freire (1892-1896), quando foi também preparada a política de aterro dos manguezais desencadeada na administração seguinte de Jerônimo Monteiro (1908-1912)<sup>8</sup>, habitações na região portuária, tida como foco de proliferação das epidemias de varíola e febre amarela, em áreas próximas ao manguezal, identificado como locus da insalubridade, da sujeira, do lixo, e em outros locais urbanos “contaminados” passavam a ser evacuadas, sob orientação técnica de engenheiros sanitaristas.

---

<sup>7</sup> Notas esparsas sobre estas ocupações ao longo do período colonial foram encontradas no volume “Biografia de uma ilha” de Luiz Serafim Derenzi, 2ª edição, PMV, 1995

<sup>8</sup> Durante esta administração foi realizado o aterro da área alagada, tida como foco de doenças e conhecida como “Campinho” que deu origem ao Parque Moscoso, em 1912. Nas administrações de Florentino Avidos (1924-1928) e de Jones dos Santos Neves (1950-1954) ocorreram os aterros da construção do porto de Vitória, da área da Explanada Capixaba, da construção da Avenida Beira-Mar, do Forte São João até Bento Ferreira. No governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970) foram concluídos os aterros da Ilha do Príncipe e da COMDUSA, responsável pelo desaparecimento das praias Comprida, Santa Helena e Barracão, além do surgimento da Enseada do Suá. No início da década de 1980, foram realizados os aterros de uma grande área de manguezal na região da Grande São Pedro. O custo ecológico e social do desaparecimento de extensas áreas de manguezal, provocado pelas transformações modernizantes da cidade foi analisado por André Alves (2004) através de uma pesquisa de etnografia visual e de iconografia histórica, com a comparação de mapas da cidade de Vitória de 1896 e de 1993.

Os planos de reforma urbanística da cidade de Vitória prosseguiram em seu caráter autoritário e conteúdo antipopular (Souza, 2008:155). O projeto de modernização da cidade se consolidaria com a longa e intensiva sucessão de aterros de áreas de mangues<sup>9</sup> que, como ocorreu no caso emblemático do Parque Moscoso em 1912, desencadeava a valorização de locais e imóveis em seu entorno, transformando a parte baixa do centro numa área residencial nobre da capital, expulsando a população de baixa renda impelida a ocupar morros, encostas e mangue, onde passava a conviver com migrantes e demais habitantes destas localidades, invisíveis ao poder público. Estas ocupações atingiam o Morro de Santa Clara, no começo do século XX e a Fonte Grande, nos anos 30 do mesmo século.

No período do surto desenvolvimentista do Estado, de 1950 até 1970, com a intensificação do fluxo migratório em direção à capital e aos municípios do seu entorno, decorrentes da expulsão da população de suas terras em função da implantação/invasão de grandes projetos agro-industriais, eram progressivamente ocupadas áreas alagadas, encostas e morros próximos/no centro e terras não urbanizadas de baixo custo na periferia de Vitória (Campos: 2002). Se nos anos 70, as “invasões”, como eram chamadas/julgadas estas ocupações, atingiam as encostas do lado leste do Maciço Central, foi nas décadas seguintes que elas vieram a conferir à mancha urbana um aspecto de anel composto por dezenove bairros ao redor do Maciço Central (Palhano: 2009). O forte crescimento populacional da cidade<sup>10</sup> chegava à região central da capital que, “sobrecarregada” da pobreza dos imigrantes, foi progressivamente abandonada pela elite urbana que transferia suas moradias, serviços e comércio para a área continental da Praia do Canto.

Somente na década de 1990, o centro da cidade passaria de área demonizada (...) a condição de identidade cultural de Vitória (Botelho, 2005: 59), recebendo

---

<sup>10</sup> De 42.246 habitantes em 1940 a cidade de Vitória alcançava em 1970 mais de 130.000 habitantes (Palhano, F.F.2009)

as atenções do poder público municipal e estadual. Intervenções urbanas que tiveram o intuito de revitalizar o centro, com novos atrativos turísticos e culturais, reiteravam a prática da expulsão da população mais pobre da região, se alinhando com as reformas urbanísticas da primeira metade do século XX, pautadas “no paradigma de que requalificar é sinônimo de excluir qualquer traço da presença dos mais pobres - a não ser como garçons, porteiros ou artistas envolvidos em espetáculos que compõem o cenário” (Rolnik, 2006, apud Palhano, 2009).

A trajetória das políticas municipais de erradicação da população genericamente enquadrada e homogeneizada na categoria de pobre irá prosseguir na virada e início do século XXI, com a ecologização da cidade, quando “mangues, morros e encostas passam a ser reivindicadas como áreas de proteção e de conservação ambientais, seja como paisagem, seja como bancos de biodiversidade, fazendo surgir o conflito: o que fazer com a população que ali vive?” (Herculano, S. 2002:6)

Eram estas novas práticas de expulsão dos grupos locais mais vulneráveis de seus lugares que, com a eclosão de conflitos socioambientais, criavam condições favoráveis à emergência das múltiplas identidades coletivas que, de outra maneira, permaneciam invisíveis ao poder público, apesar do acúmulo de estudos, muitos deles financiados pela própria agência de fomento da prefeitura (FACITEC), com comunidades e povos tradicionais, como catadores de caranguejo, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas que vivem na cidade (Alves, A. 2004; Silva, S. J. et alii, 2007; Ciccarone, C. et alii, 2008; Oliveira, O. Martins de et alii, 2009) que evidenciavam formas diversificadas de organização, ocupação, manejo e uso dos recursos naturais presentes em seus habitats. Estas pesquisas junto a investigações historiográficas (Moreira: 2005) contribuem de forma substantiva para questionar as perspectivas que tendem a criar um “marco zero” dos processos de ocupação dos morros, encostas e mangues. Se não há dúvida de que os violentos processos de desterritorialização das décadas de 1950-1970, tratados ainda por alguns autores, infelizmente, de forma naturalizada e simplista, como “êxodo rural”

provocaram a criação e o inchaço de bolsões de miséria e uma nova e dramática configuração da paisagem urbana, nestas perspectivas raramente são tratadas as diferentes modalidades de ocupação e apropriação destes espaços e de seus recursos, quanto menos sua densidade histórica, antecedentes inscritos nas memórias dos moradores mais velhos, dos historiadores espontâneos e na mesma paisagem urbana. Se toda relação social implica uma interação territorial (Haesbaert, 2004:344), estes espaços, de exclusivamente identificados como “vazios demográficos” e “invasões”, passariam a constituir vários territórios entrecruzados, uma territorialidade urbana efetivamente múltipla, ainda que não haja duvida que é como marca da contemporaneidade que emergem os múltiplos tipos de territórios e uma vivência intensa da multiterritorialidade, implicando num campo político em que o território se conquista, sendo assim a luta social e política convertida em espaço (Zambrano, 2001: 31).

As políticas públicas municipais se mantiveram perseverantes no achatamento destas múltiplas territorialidades urbanas. Com o remodelamento da região metropolitana de Vitória, planejado desde 1996, e reiterado no novo plano diretor urbano (PDU), se desencadeava, a partir de 2004, um novo processo de desterritorialização: identificando nos morros e encostas áreas de interesse ambiental e situações de risco, era promovida a remoção de seus moradores, desconsiderando as formas de ocupação e vínculos de pertencimento com a localidade. Os conflitos desencadeados por estas intervenções configuram disputas por espaços onde se confrontam modos distintos de interação de grupos sociais entre si e com seu meio biofísico (Little, P. 2004), valores e modo de vida, produzindo condições de possibilidade para o reconhecimento de identidades coletivas como povos e comunidades tradicionais<sup>11</sup> enraizadas nestas áreas urbanas, e seus direitos, ainda sistematicamente negados pelo

---

<sup>11</sup> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Presidencial nº 6.040/ 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPT) para orientar a formulação e efetivação de políticas públicas específicas)

poder público municipal seja incorporando e opondo-lhes a justificação da preservação ambiental (Thévenot apud Lolive, 1997, apud Mota, F.R. 2007), seja desqualificando os atributos que garantiriam às comunidades tradicionais o reconhecimento público de sua identidade, homogeneizada na categoria de pobre (Mota, F.R.2007).

O conflito socioambiental em foco neste trabalho eclode quando a região do “Campinho”, que já se configurava como espaço de vida da comunidade e zona de amortização entre as secções do parque, é identificada na categoria jurídica de área de preservação integral, desencadeando ações de remoção de seus habitantes que de invisíveis passam a adquirir uma dupla identidade negativa: como presença ilegal numa área ambiental de uso restrito e como grupo social vulnerável em “situação de risco”. As posições tomadas pelos moradores, desde os acordos e negociações retratadas até a resistência ativa às pressões dos agentes municipais, colocam em evidência memórias, discursos e práticas de pertencimento ao lugar, como modalidades de afirmação identitária que configuram um campo de alta tensão onde emergem outros atores e se multiplicam situações similares<sup>12</sup>, na medida em que o poder público avança em seu projeto de remodelamento da multiterritorialidade urbana, para a produção de uma paisagem urbana monolítica, imaginada e planejada de antemão.

Seguindo a perspectiva da ecologia política, defendida por Paul Little (2004), entendemos o espaço em disputa<sup>13</sup> - a estreita faixa de terra que faz fronteira ao norte e ao leste com a AIA do Maciço Central, com a qual se confunde; ao sul com o centro da cidade, e a oeste com encostas, as áreas de preservação ambiental e os Morros da Piedade e Capixaba - como uma “região sócio-natural”, um artefato que é simultaneamente uma entidade geográfica e o produto da construção de representações e modos de vida construídos por

---

<sup>12</sup> Casos semelhantes e concomitantes de conflitos envolvem as comunidades que habitam áreas próximas da Gruta da Onça e do Parque de Tabuazeiro que compõem a APA do Maciço Central

<sup>13</sup> A estreita faixa de terra, zona de amortização entre as secções do Parque, faz fronteira ao norte e ao leste com a AIA do Maciço Central, com a qual se confunde; ao sul com o centro da cidade, e a oeste com encostas, áreas de preservação ambiental e os Morros da Piedade e Capixaba.

diferentes grupos sociais com suas respectivas instituições sócio-econômicas. Ao identificar os principais atores sociais envolvidos, explicitando interesses, reivindicações e interações em jogo, estamos buscando compreender suas cotas de poder, polarizações, alianças e coalizões, assim como as táticas utilizadas e suas propostas de resolução do embate, convencidos de que a decisão sobre o uso de uma área depende, em última instância, das valorizações em conflito e não dos critérios técnicos ou econômicos de custo-benefício (Little, P. 2004).

***Primeira aproximação: as desordens da identidade entre a proteção ambiental e as situações de riscos.***

Nas políticas públicas municipais e estaduais de meio ambiente, a orientação preservacionista vem se consolidando, ao longo do tempo, e dominando a perspectiva socioambientalista garantida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação de uso sustentável, reconhecendo formas sociais de longa duração de ocupação e exploração ecologicamente “equilibrada” dos recursos naturais<sup>14</sup>. O monopólio da perspectiva preservacionista é estratégico para o não reconhecimento dos grupos tradicionais que vivem em áreas urbanas de interesse ambiental. A institucionalização do modelo de áreas protegidas que orientou a criação do Parque Estadual da Fonte Grande (PEFG), em 1986, pauta-se na retórica da intervenção necessária frente às ameaças do avanço da civilização urbano-industrial e para o bem-estar dela<sup>15</sup>. Desenvolvida no século XIX nos Estados

---

<sup>14</sup> Na longa tramitação do SNUC (Lei n. 9.985/2000), um dos principais conflitos entre preservacionistas e socioambientalistas girava em torno da definição da categoria de “população tradicional” que, por falta de consenso, acabou sendo vetada no texto final da lei (Little, 2002:17).

<sup>15</sup> Pelas dimensões e localização do Maciço Central, a sua recuperação e preservação são fundamentais para manter a biodiversidade, resguardar os recursos hídricos, reduzir os processos erosivos, manter o clima e o equilíbrio ambiental em Vitória, além, é claro, de contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida na cidade. <http://www.vitoria-es-brasil.com>

Unidos, esta vertente se tornou um padrão mundial consolidado de preservação ambiental que reproduz a relação dicotômica sociedade-natureza, pautada no princípio da inevitabilidade da alteração e domesticação de toda a biosfera pelo ser humano, sendo necessário prevenir esta ação destrutiva, protegendo pedaços do mundo natural em estado originário, sacralizados graças à criação de ilhas de conservação ambiental de grande beleza cênica (Diegues, 1994:11) Superestimando os aspectos negativos da relação sociedade - natureza, os defensores dessa perspectiva se negam a aceitar a existência de outras identidades tanto sociais quanto naturais, que envolvem formas de relação diferentes, preocupadas mais com a conservação do que com a destruição dos recursos naturais.

A política de orientação preservacionista se caracteriza por práticas autoritárias que não admitem alternativas, inviabilizando, de antemão, a possibilidade da adoção de princípios democráticos e participativos, de modo que nas áreas definidas de proteção ambiental integral onde vivem grupos sociais que conservam seu habitat, estes são automaticamente e sistematicamente impelidos a evacuar seus lugares ou a se adequarem aos planos de manejo adotados para aquele espaço transformado em área protegida para o benefício das populações urbanas industriais e suas gerações futuras.

O "preservacionismo territorializante" (Little, P. 2002) instituído pelo Estado desenvolvimentista implica na centralidade, planejamento e controle de extensas áreas que legitimam o modelo cultural da natureza intocada pelo homem. Seu rápido crescimento no Brasil, a partir de meados dos anos de 1970, em pleno regime militar, provocou enormes impactos fundiários, com a criação de áreas protegidas sobrepostas com os territórios dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas<sup>16</sup> que passaram

---

<sup>16</sup> Somente entre 1975 e 1989, foram criados no Brasil 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas, quadruplicando a área total de Unidades de Conservação que não permitem a presença de populações humanas dentro de seus territórios. A solução proposta pelos preservacionistas foi a expulsão dos habitantes de "seus" novos territórios, seja por indenização ou por reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento. A persistência da política preservacionista desafiou disposições legais como o Decreto n.1141 de 15/05/1994 que no Cap.II art.9º dispõe sobre a proteção ambiental nas terras indígenas e seu entorno.

ironicamente a ser denominados de “populações residentes” (West e Brechin 1991, apud Little, 2002), e cujos regimes de propriedade comum, relações afetivas com o seu lugar e memórias coletivas sobre esses mesmos espaços, foram totalmente ignoradas.

O “preservacionismo territorializante” é a principal bandeira dos ambientalistas que integram a Associação de Amigos do Parque da Fonte Grande (AAPFG)<sup>17</sup>, vinculada à Associação de Moradores de Fradinhos (AMF)<sup>18</sup>, bairro de classe media alta limítrofe à área do “Campinho”. Cada uma destas associações tem tido atuações estratégicas na política de criação e ampliação de áreas urbanas verdes, de proteção integral, como o Parque da Fonte Grande, na década de 1980, e a mais recente proposta de criação do Parque Natural de Fradinhos, sendo parte interessada nos conflitos socioambientais decorrentes destas intervenções.

Apesar do princípio da igualdade cidadã que norteia a atual gestão política do município, na promoção publico - privada das ações ambientalistas são reproduzidas as desigualdades existentes entre segmentos da população urbana, com evidentes privilégios reservados a donos de mansões no bairro Fradinhos que se estendem irregularmente dentro do Parque Ecológico da Pedra dos Dois Olhos, incluído na APA do Maciço Central<sup>19</sup>, e de fazendas localizadas na área do “Campinho”, aparentemente imunes às intervenções municipais de remoção dos moradores de locais identificados como áreas de proteção integral.

A condição de vulnerabilidade dos grupos que ocupam áreas de morros, encostas e mangues de interesse ambiental é retroalimentada pelos princípios

---

<sup>17</sup> Site da Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande <http://fontegrande.blogspot.com/>

<sup>18</sup> Site da Associação dos Moradores de Fradinhos <http://fradinhosonline.blogspot.com/>

<sup>19</sup> A descoberta de um sítio arqueológico no bairro de Fradinhos, na área de uma antiga fazenda, onde foi construída uma residência, desencadeou recentemente a revolta de seu dono, diretor da Associação dos Moradores de Fradinhos (AMF) que divulgou sua versão do ocorrido no site da AMF.

da amnésia e da acusação, vinculados à economia moral da pobreza. A amnésia funciona para apagar a evidencia de que se aqueles espaços são de interesse ambiental, suas condições ecológicas devem ter sido salvaguardadas ou até potencializadas através do uso e manejo por parte de grupos humanos que estabeleceram, ao longo do tempo, relações sustentáveis com os recursos naturais daquele habitat. A dissociação entre bio e sócio diversidade que por sua vez é ocultada pela homogeneização da pobreza, é mantida, como dicotomia, a custo de muito trabalho de purificação, como sugeriria B. Latour (1994), sendo a pureza uma noção moral central do idioma preservacionista.

O princípio ostensivo da acusação, por outro lado, garante a manutenção da associação entre pobreza e produção de danos, persistindo em retirar da categoria socioeconômica o reconhecimento das identidades múltiplas. Contrariamente ao que estabelece, no rigor de sua versão originária, a vertente preservacionista faz concessões ao modelo do homem ocidental destruidor da natureza.

O desenvolvimento da consciência ecológica como privilégio da elite e classe média urbana, implica numa dupla atribuição de responsabilidade junto às instituições e ONGs aliadas ou por eles mesmos criadas: a educação ecológica dos pobres, aos quais é negado o reconhecimento de sua resistência cultural à valorização capitalista dos recursos naturais (Alier, 2009); e a “tutela” da natureza, enquanto nova forma de riqueza, sem necessariamente perder os direitos adquiridos a destruí-la.

Além dos casos já citados, a cidade de Vitória ostenta vários outros exemplos destas situações de privilégios, entre eles, os arranha-céus na Chácara Von Schilgen, residências da elite urbana em área de preservação ecológica, aberta às visitas agendadas e monitoradas para o restante da população; as mega instalações da Petrobras que invadiram e destruíram uma das últimas áreas de preservação ambiental urbana, reduzida a um jardim, simulacro de parque, que de tão minúsculo precisa de placa de identificação; e a proliferação de condomínios de luxo fechados em áreas verdes, aos quais são sempre

garantidas as licenças ambientais, ícones da expansão do mercado imobiliário em direção ao desenvolvimento (in) sustentável da cidade.

Se interrogar sobre as possibilidades de reconhecimento dos direitos coletivos dos grupos envolvidos, remete ao grau de legitimidade que lhes é destinada, no âmbito da política ambientalista municipal público-privada, tendo em vista que os engajamentos se defrontam com as situações de privilégio pelas quais “existem cidadãos mais cidadãos que outros” (Kant de Lima, 1995, apud Mota, F. Reis, 2007).

Destituída de qualquer sentido no agenciamento de um saber-fazer conservacionista, a comunidade do “Campinho” é impedida de continuar a viver no seu lugar, o qual, ao ser transformado em área de interesse ambiental, por sua vez transforma o grupo em “ameaça” ao meio ambiente, negando-lhe os direitos à moradia e à propriedade do espaço que ocupa historicamente e de forma tradicional. F. Reis Mota (2007), ao analisar um caso similar ocorrido no Morro das Andorinhas, na cidade de Niterói (RJ) destaca as estratégias usadas pelos agentes externos para esvaziar de sentido as relações experimentadas com os espaços de sentimentos, em nome da conservação da biodiversidade (Lobão, 2006), para que passe a dominar a produção do universo moral a ser seguido.

Se a manipulação dos significados atribuídos pelos grupos locais à categoria tempo, descola seu passado de seu futuro, através da idéia do desenvolvimento sustentável, o sentido do espaço fica retido em categorias abstratas, como unidades de conservação ou áreas protegidas.

As intervenções ambientalistas de evacuação de morros e encostas identificadas como áreas de preservação permanente são constantemente associadas ao trabalho de agentes externos de atribuição de “situação de risco” da população atingida. A noção representa o código da linguagem técnica dominante que sanciona a realocação compulsória de moradores de uma determinada área, independente do que eles dizem/fazem e das causas e

história dos riscos detectados. Implica um modo de se relacionar dos agentes externos, traduzido nos próprios termos que permite o escamoteamento da responsabilidade dos técnicos e dos gestores municipais em relação aos riscos identificados.

Foi quando a problemática ambiental começou a se configurar como “questão global” na Conferência de Estocolmo de 1972, que, em função dos efeitos provocados pela poluição, a sociedade industrial passou a ser considerada como “sociedade de risco” (Beck, 1992). Essa noção de dimensão e alcance global remete a conseqüências de alta gravidade que não podendo ser avaliadas com precisão, implicam em viver num mundo governado por incertezas “fabricadas” por rápidas inovações tecnológicas e respostas sociais aceleradas, criando uma paisagem que contradiz a linguagem institucionalizada do controle e revela a “explosividade” política da sociedade, o outro lado da presença do perigo que é a falência das instituições cuja autoridade provém da maestria assumida de tal perigo (Beck, 2006).

A lógica dos riscos representa, nas sociedades industriais, um deslocamento das noções de perigo e de poluição/impureza presentes, com atribuições variáveis, em todos os contextos sociais. A noção aplicada a situações de margens, desordem e passagens (Douglas & Wildawsky, 1982), revela uma instabilidade classificatória, as coisas “fora de lugar” que necessitam de “purificação”, de delimitação de fronteiras, constituindo, como linguagem, um recurso importante para a política e a moral.

Se o risco é construído social, cultural e politicamente, então a questão de sua definição é fundamental para os debates sobre políticas públicas, sobre a responsabilidade de sua gestão e as estratégias de prevenção, orientadas pelo contexto cultural dos sujeitos envolvidos (Douglas, 1992), ao mesmo tempo em que o risco é tributário de um passado nem sempre conhecido de escolhas políticas ou econômicas que, às vezes, só podem ser compreendidas no contexto de sua ocorrência.

Se a estimativa de um risco depende da maneira como as sociedades percebem a ocorrência de uma crise ou de uma catástrofe em seu cotidiano, então não é suficiente dispor de conhecimentos científicos e técnicos para se divisar a gravidade de um acontecimento potencial, já que as diferenças culturais pesam na sua apreciação, de modo que as representações veiculadas e a eficácia dos enunciados podem manipular a percepção do perigo, dramatizando-o ou subestimando-o (Veyret, 2007). Isso quer dizer que o risco é apreendido e qualificado na perspectiva da sociedade do medo e do risco e que sua gestão implica administrar conflitos e posições antagônicas, identificar e calcular os danos eventuais controláveis e definir o papel dos atores sociais, os especialistas que avaliam os riscos, os políticos que buscam respostas para a sociedade civil que alerta sobre os perigos, debate e estabelece responsabilidades e a mídia, para informar o grande público e ampliar mobilizações. Para Renn, é na ação conjunta, como estratégia de prevenção, que consiste o controle e gestão dos riscos, de modo a requerer a construção de outras formas de viver a democracia e a cidadania (2003: 1).

Na região do “Campinho”, a identificação dos riscos era monopólio dos peritos da prefeitura que, em nome de critérios técnicos e objetivos, detectavam nas condições geológicas da área e estruturais das moradias<sup>20</sup>, riscos considerados graves, justificando a pressão para a remoção das famílias da localidade, cuja percepção do perigo e atitudes de resistência a sair do lugar fugia ao entendimento dos agentes municipais, arriscando ser avaliada de “irresponsável”. O silencioso julgamento moral das famílias representava o outro lado da moeda da intervenção municipal, caracterizada pelo descaso tanto para com os riscos sociais vinculados aos processos de remoção e realocação<sup>21</sup>, quanto com as demandas pregressas da comunidade que não puderam ser atendidas pela imposição da suspensão da atuação do poder público numa área de proteção integral, e que teria garantido ao grupo condições dignas de moradia.

---

<sup>20</sup> Diagnóstico Socioeconômico da Comunidade de “Campinho” da Fonte Grande. Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria de Gestão Estratégica, Núcleo Gestor do “Terra Mais Igual”, Poligonal 3, 2009, p. 14.

<sup>21</sup> Pretende-se incorporar a abordagem desta problemática na pesquisa ainda em andamento.

Enquadrados na lógica da moral tecnicista dos riscos, os moradores dos morros e encostas passam a ser alvo do exercício legítimo de uma forma de violência material e simbólica instituída com o Programa Habitacional de Interesse Social - Lei Municipal nº 6.967/07- enquanto política de erradicação de direitos individuais e coletivos e de sua negociação barateada em termos de medidas como a indenização do valor da moradia que chega ao limite máximo de R\$ 25.000,00, cujo valor de compra no mercado imobiliário é irrisório, ou o aluguel provisório, bolsa moradia e reassentamento em imóveis populares<sup>22</sup> com apartamentos do tamanho de 35 a 45 m<sup>2</sup>, “pombais” destinados a famílias compostas, em média, de cinco e mais pessoas, moradoras de casas, em sua maioria, com anexo um pequeno quintal de cultivos de hortaliças, ervas medicinais, e criação de galinhas.

Incorporando a orientação preservacionista aliada à lógica tecnicista dos riscos, como justificção, o poder público garantia, sob novas formas, a continuidade de um projeto de cidade autoritário e anti-popular implementado desde final do século XIX que exigia para sua realização, a erradicação daquela população que precisava continuar a ser genericamente enquadrada e homogeneizada na categoria de pobre.

### ***Segunda aproximação: Cartografia ecopolítica da cidade: o domínio das ZAP(s) ou quando nosso lugar virou o Parque da Fonte Grande.***

Parafrazeando o título de um notório estudo de A. C. Diegues (1999)<sup>23</sup>, sugerimos tratar a criação do Parque Estadual da Fonte Grande (PEFG), ocorrida em 1986, como um processo histórico de territorialização, uma

---

<sup>22</sup> Famílias de baixa renda, mulheres chefes de família e idosos, portadores de deficiência e servidores públicos municipais efetivos estão sendo contemplados, em diferentes proporções, na entrega de imóveis inicialmente de um ou dois quartos, em edifícios recuperados pelo projeto “Morar no Centro” da PMV com vista a enfrentar o déficit habitacional e a quantidade de imóveis vazios ou subutilizados localizados no centro da cidade (*muito deles antigos hotéis*). A primeira entrega de apartamentos ocorreu em junho de 2009 (Palhano, 2009).

<sup>23</sup> A respeito dos impactos provocados na vida de comunidades indígenas Guarani e caiçaras pela transformação de seu território no Parque do Saco de Mamanguá (Paraty-RJ)

reorganização social que implica a criação de uma nova unidade sociocultural, mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e a reelaboração da cultura e da relação com o passado (Oliveira, J. Pacheco 1998:55).

A criação de áreas de proteção integral, por parte do Estado e governos se configura como um processo de sobreposição com territórios de comunidades e povos tradicionais, legitimando a imposição de um reordenamento social e cultural dos grupos envolvidos, através dos procedimentos, normas e legislação que institucionalizam a política ambientalista, impondo restrições de ocupação e noções alheias às formas de percepção, uso e manejo dos recursos naturais por parte de seus antigos ocupantes.

A criação do PEFG está inserida na trajetória de intervenções previstas, a partir de 1994, nos Planos Diretores Urbanos (PDU), cuja última versão (Lei nº 6.705/2006) recorta o território municipal em 08 seções chamadas Zonas Territoriais que delimitam áreas de zoneamento urbanístico e ambiental, usos e proteção, áreas de expansão urbana, industrial e turística e dos principais usos do solo do Município de Vitória (Diagnostico, 2009:11).

A identificação das Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) e sua classificação se pautam nas exigências de proteção integral mais do que nos diferentes graus de uso sustentável permitidos, como demonstra a área do “Campinho”, contemplada em todas as classificações estabelecidas no reordenamento ambiental<sup>24</sup> proibidas para ocupação humana, permitindo atividades que não causem danos diretos ou indiretos aos ambientes naturais ou em recuperação.

---

<sup>24</sup> Como ZPA 3 é destinada à recuperação e conservação dos recursos naturais e paisagísticos, cujo uso e ocupação do solo devem ser controlados de forma a assegurar a qualidade ambiental. As seções norte e oeste da área foram identificadas como ZPA 2 - destinadas à conservação dos ecossistemas naturais e dos ambientes criados, com uso sustentável dos recursos naturais, e, finalmente, como área de amortização entre partes do PEFG, constitui uma ZPA1 - destinada à proteção integral dos ecossistemas e dos recursos naturais, garantindo a reserva genética da fauna e flora e seus habitats.

O zoneamento ambiental das ZPA é a versão mais “verde”<sup>25</sup> do modelo de ordenamento territorial da cidade lançado em 1996, através do Projeto Terra<sup>26</sup> elaborado no âmbito da Agenda 21. Visando minimizar as condições de pobreza da população urbana, como carência de infra-estrutura, irregularidades fundiárias, áreas degradadas, e precariedade das moradias, o Projeto Terra identificava 15 áreas de atuação, denominadas Zonas de Interesse Público Prioritário (ZIPPs), que passaram a ser conhecidas como “Poligonais”<sup>27</sup>. Desta forma, foi instituída uma nova cartografia política da cidade, completamente alheia às percepções e práticas sociais de seus cidadãos, na qual o espaço ocupado era classificado e delimitado atendendo exigências técnicas de compatibilização de critérios sócio-econômicos, ambientais e a divisão censitária IBGE para integrar bancos de dados e viabilizar o planejamento das ações. A “territorialização da pobreza” totalizava 4,48km<sup>2</sup> do perímetro urbano e contemplava 30% da população do município, distribuída em 26.822 domicílios localizados em áreas de encostas (11 Poligonais) e de manguezais (4 Poligonais).

A atuação do Projeto Terra ficou limitada a ações de urbanização até 2004, quando a nova administração municipal lançará um programa integrado de ações pautado na inclusão social e na igualdade cidadã. O Projeto Terra Mais Igual será apresentado como um plano de melhoramentos urbanos para o crescimento e desenvolvimento da cidade, em direção a um espaço mais organizado e equilibrado do ponto de vista socioambiental (Pesquisa Sócio-Organizativa Projeto Terra, 2006:3). A definição das políticas públicas se manteve fiel à ideologia das Poligonais, com ênfase na pobreza, como critério prioritário de identificação da população atendida, perpetuando a invisibilidade da diversidade dos grupos atingidos e barrando o reconhecimento de direitos

---

<sup>25</sup> J.S.L. Leite (2004) define como lado “verde” das questões ambientais aquelas vinculadas à conservação da floresta e aos povos indígenas e comunidades tradicionais, enquanto o lado “marron” se refere às questões ambientais da poluição urbano-industrial e seus grupos sociais

<sup>26</sup> Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda, criado através do Decreto nº 10.131, de 14 de janeiro de 1998.

<sup>27</sup> Informações básicas sobre as Poligonais estão disponíveis no site do Projeto Terra da PMV <http://www.vitoria.es.gov.br/terra.php?pagina=quaisaio>.

identitários e territoriais que possibilitaria um projeto amplamente democrático de direito à cidade, na articulação entre demandas coletivas e ação pública, proporcionando dignidade de condições de existência das distintas formas de organização social e de territorialidades.

O plano de ações do Projeto Terra Mais Igual previa a remoção da população das áreas de preservação ambiental, cujo mapeamento foi concluído em 2006, transformando boa parte do cinturão de pobreza concentrado nos morros, nas enconstas e mangues ao redor do Massiço Central, num corredor ecológico urbano, reorientando as ações do poder público para a erradicação mais do que da pobreza, dos pobres, em vista da justificativa da salvaguarda e recuperação das condições de vida dos ocupantes não humanos das zonas de proteção ambiental. Os conflitos e tensões gerados por estas intervenções são mantidos, pelo poder público, sob controle, em condições de baixa intensidade, orientando, de forma estratégica, os processos de participação popular, ao invés de promover uma participação política e emancipatória, no intuito de garantir a manutenção e continuidade do programa traçado de antemão, como veremos a seguir.

Com sua área identificada como ZPA(s) e em situação de risco, a comunidade do “Campinho” passou a ser pressionada pelos agentes municipais para desocupar a localidade, acionando táticas e estratégias de resistência à política de remoção. Entre 2008 e 2009 foram realizadas reuniões da equipe de pesquisa com agentes e gestores do Projeto Terra mais Iguais, e palestra na UFES que contribuíram para dar visibilidade institucional e estimular o debate sobre o conflito socioambiental no “Campinho”. Ainda em 2009, cientistas sociais da equipe da Poligonal 3<sup>28</sup> elaboravam um Diagnóstico Socioeconômico da comunidade, no intuito de “propiciar a inclusão política e social de comunidades tradicionais, tomando a diversidade como direito a implementar políticas públicas que garantam as diferenças e não descaracterizem a identidade” (2009:7).

---

<sup>28</sup> A Poligonal 3 localizada na região central de Vitória, compreende o bairro da Fonte Grande e a comunidade do “Campinho”, os bairros de Santa Clara, Moscoso, Piedade, e a comunidade da Capixaba.

\*\*\*

Propomos a seguir, uma breve interlocução entre os resultados do Diagnostico e alguns dados levantados no trabalho de campo ainda em andamento.

Com renda mínima, alto índice de desemprego, de atividade informal e baixo nível de escolaridade, e beneficiarias de programas sociais como Bolsa Família e Benefício de Proteção Continuada para os numerosos idosos da comunidade – as trinta e oito famílias que o Diagnostico continuavam morando no “Campinho” estavam distribuídas em 42 casas que, na pesquisa de campo, observamos estarem organizadas espacialmente em locais física e sociologicamente contrastantes: o grupo de casas situado na parte mais próxima da escadaria que ligava a localidade ao restante do morro era constituído das famílias que se atribuíam a antiguidade da ocupação do lugar, eram eles os nativos ou os *insiders*, segundo a definição de Elias & Scotson (2000); no lado oposto, no topo do morro, na fronteira com o parque, estavam reunidas as residências das famílias que teriam “chegados depois”, os imigrantes ou *outsiders*, considerando esta temporalidade sempre anterior à criação do Parque, após da qual não há notícias de novos ocupantes de modo que a localidade íngreme e de difícil acesso se consolidou como habitat do mesmo coletivo organizado em grupos familiares unidos por vínculos de parentesco, casamento e relações de troca, e separados por disputas e conflitos internos.

Na época da realização do Diagnóstico, tinham saído do Campinho poucos moradores, de modo que havia somente quatro habitações fechadas, e uma utilizada como barracão dos Nativos, nome de um dos times de futebol criados por antigos moradores<sup>29</sup>. Durante o trabalho de campo, circulou, entre os moradores, a versão de que, em decorrência de uma morte durante uma briga entre facções de traficantes que transitam pela localidade percorrendo os morros adjacentes da Piedade e Capixaba, há cerca dois anos foram suspensos os jogos no campo de futebol que continuam sendo disputados aos

---

<sup>29</sup> Outros times são Mocotó, Sinhazinho, Endiabrado, Portuguesa, Boca da Mata, Come e Dorne, Astronautas.

domingos em outras localidades da cidade e pelo Estado afora, mobilizando os times e a população do morro da Fonte Grande. Atualmente o espaço do “Campinho” é reservado ao treino de jovens e crianças.

A identificação da área como ZPA(s) comportara, por disposições inerentes ao regime ambientalista em vigor, a interrupção das intervenções voltadas a garantir a infra-estrutura e as melhorias das condições de moradia das famílias tidas, pelos agentes externos, como responsáveis pela criação de situações de riscos e pela degradação ambiental. Registros da década de 1960, anteriores à criação do Parque, informam sobre a atuação da municipalidade no local, substituindo barracos de madeira por casas de alvenaria, sendo que a comunidade usufruía, na época, de água encanada, iluminação e rede de esgoto (2009: 64).

A gravidade da situação de risco contradizia os resultados da perícia técnica. Os peritos da PMV tinham identificados riscos geológicos em um único local da área, e riscos estruturais em algumas moradias.

Procurando se apropriar e rebater ao uso de categoria de “situações de risco” pelos peritos, a respeito da identificação de risco geológico representado pela ameaça da queda de uma pedra em cima de uma casa, a anciã moradora Dona Inacia dos Santos revelava ter sido a mesma instituição que detectava o perigo, a responsável por sua criação, interrompendo uma obra que iria cortar a pedra para retirá-la do local. Pelas queixas dos moradores, o abandono da PMV teria se alastrado até a campanha de prevenção contra a dengue, interrompida em 2009, e ao serviço de coleta de lixo revertendo-se este último também em acusação para a comunidade. Para atender suas necessidades, aos moradores não restavam outras saídas senão abastecimentos clandestinos de energia elétrica e água, a implementação de bombas de captação de água das minas, e a criação de reservatórios de água da chuva (2009:34).

Posições divergentes em relação às propostas de remoção e realocação<sup>30</sup> davam a entender que “sair do lugar” não era opção de nenhuma família, mas consequência da falta de infra-estrutura e abandono da localidade pelos gestores públicos, em função de sua condição de ZPA(s). Segundo os autores do Diagnostico “vale ressaltar que se o direito de morar dignamente fosse garantido, não sairiam do “Campinho” (e isso só poderá ocorrer) caso haja uma justa indenização de suas propriedades” (2009:42).

A situação de conflito favorecia a emergencia do sentimento de pertencimento, da manifestação de afetividade dos moradores jovens, idosos e crianças pelo local (2009:41). Os conhecimentos tradicionais ganhavam visibilidade nas conversas sobre o local como lugar da tranqüilidade, de sossego, do ar puro, da mata, que ocorriam no âmbito da construção política do território do “Campinho” para efeitos do programa de políticas públicas (Leite, S., 2004), de forma similar ao processo de elaboração do Plano de Manejo do PEFG, em 1996, quando foram relatadas atividades tradicionais desenvolvidas na área, como agricultura de subsistência, coleta e uso de ervas medicinais<sup>31</sup>, e a preparação de medicamentos, ainda praticadas por alguns moradores.

Com a criação do Parque, atividades como a caça e o plantio agroflorestal passaram a ser proibidas, persistindo hoje, por falta de locais idôneos, pequenos roçados e hortas, cujos produtos são investidos preferencialmente nos circuitos da troca entre os grupos familiares. Integrando o grupo *outsider* dos imigrantes baianos, o Sr. Julio cultiva hortaliças na sua “propriedade” que circulam como dádivas entre os moradores, sendo retribuídas com manifestações de respeito e confiança.

---

<sup>30</sup>Foi avaliada a intenção dos moradores em sair do lugar, suas expectativas em permanecer ou não no local, as relações que mantêm com o território e a possibilidade de arcar com as despesas de água e luz, caso fossem remanejadas.

<sup>31</sup> Cana-de-macaco (*Alpinia spiralis*), caruru (*Amaranthus flavus*), pau-ferro (*Arauma brasiliensis*), carqueja (*Baccharis crispa*), erva-Santa-Maria (*Chenopodium ambrodioides*), pau-de-alho (*Gallesia quararema*), quebra-pedra (*Phyllanthus miruri*), e outras para cultos afro-brasileiros (SEAG-IDAF, 1996: 22).

Os baianos e os índios, identificados pelos outros moradores, em função do lugar de proveniência e pelas feições, como os grupos familiares outsider, narram sobre as dificuldades encontradas ao chegar à localidade, há cerca de meio século.

“Moro no Alto da Fonte Grande que nem fonte tinha quando cheguei aqui” assim se apresentava ao grupo de pesquisa Dona Inacia dos Santos, proveniente do norte do estado onde trabalhava como boia fria nas plantations de arroz e café. Na época eram grandes as dificuldades encontradas também por Dona Eralda, nascida na localidade, em dar continuidade ao ofício materno de lavadeira, se renovando os tempos da seca, como contam e cantam as versões populares sobre as lavadeiras da Fonte Grande que fizeram promessa a São Benedito para que o santo fizesse voltar a verter água da fonte que secara. Como pagamento, elas festejariam o santo com foguetes na passagem da procissão<sup>32</sup>.

As fontes de água que foram referências na localização da criação da cidade de Vitória, aparecem nos relatos sobre as disputas entre as irmandades dos Caramurus e Peroás e guardam muitas histórias e trajetórias de ocupações das encostas e do morro, algumas delas marcadas em seus topônimos, a maioria femininos, como Cajuza, Izabel, Rafaela, Caixa D’ Água, Inocentes, as Velhas, além da Fonte de São Benedito.

Quando o grupo dos “índios”, liderado por Inacia dos Santos, o marido José, seus filhos e o irmão Belmiro chegou no local, ainda existiam na área quatro das fazendas construídas no topo do morro da Fonte Grande e em outros lugares elevados da cidade desde os tempos coloniais que exploravam recursos hídricos e humanos. As fazendas eram conhecidas pelo nome de seus donos, do Zé Ganga, dos Bastos e Porfírio que produzia flores e tinha uma extensa plantação de café, do Gegê, diminutivo de Geraldo Rebelo, que se estende do “Campinho” até o bairro de Fradinhos, e dos Pinto Lirio, todas

---

<sup>32</sup> Piedade 2009. Enredo Sete de Setembro – histórias e memórias da rua que virou samba. Autores: Edson Tadeu Camostrini Cruz e Arion Carlos Ribeiro de Oliveira. PDF

extintas, menos as últimas duas que continuam a desenvolver atividade pecuária extensiva em área de preservação permanente.

Apesar de ter sido objeto de alguns processos de desapropriação<sup>33</sup>, a situação de irregularidade da fazenda dos Pinto Lirio, localizada na área denominada “Mulundu” persiste, sendo institucionalmente justificada desde o Plano de Manejo do PEFMG de 1996, por constituir uma importante barreira para novas ocupações na área. Este papel estratégico historicamente atribuído às antigas fazendas construídas nos altos dos morros, ao impedir “invasões” na localidade, garantia a proteção ambiental da área. A função seria exercida pelos moradores que mantinham as fazendas em atividade prestando serviços nestas e em propriedades adjacentes, e que reivindicavam seu direito à continuidade da posse de suas pequenas propriedades, reconhecendo as novas gerações como legítimas herdeiras (2009:24).

Desde a eclosão do conflito socioambiental, em 2008, o poder público municipal se ampara num único parecer técnico, sem autoria (sic), que conclui pela inexistência de grupos tradicionais, como remanescentes quilombolas e indígenas na área de intervenção da Poligonal 3, contrariando os resultados das pesquisas realizadas nestas e outras áreas da cidade de Vitória<sup>34</sup>, alguns deles anteriormente citados. Nega-se também a tomar ciência de uma série de documentos que alertam para a relevância e a necessidade de maiores aprofundamentos dos aspectos antropicos e físicos na área do “Campinho”,

---

<sup>33</sup> Os processos de desapropriação da fazenda Pinto Lirio são do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), sendo eles: o Decreto Lei nº 1.143, de 7 de março de 1944 que declara a desapropriação da área do morro denominado “Mulundu” (346.957 m<sup>2</sup>) para utilidade pública, e que não foi efetivada, e o Processo nº 00.0014520-3, de 3 de dezembro de 1991 no qual é declarada de utilidade pública somente uma área de 2.400 m<sup>2</sup>, desmembrada do perímetro total da “propriedade”, e destinada à instalação de uma estação costeira e de uma repetidora de telecomunicações e serviços afins integrantes do Sistema Nacional de Telecomunicações, conhecida como as “Antenas da TV” (2009, p.?).

<sup>34</sup> Estudos recentes realizados pelo instituto ELIMU “Participação Política Das Comunidades Tradicionais na Fonte Grande”, “História, Memória e Cultura nos Morros da Piedade e Fonte Grande” e outros já citados, realizados pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) comprovam a presença de quilombolas e indígenas nos morros de Fonte Grande, Piedade e Capixaba, entre outras localidades da área metropolitana de Vitória.

antes de qualquer ação de remanejamento da população local<sup>35</sup>. O reconhecimento dos moradores do “Campinho” como comunidade tradicional e, portanto, de seus direitos coletivos, implicaria sua permanência no lugar e a possibilidade de abrir uma brecha para a gestão participativa da área de proteção ambiental, cuja reconsideração, em termos de categoria jurídica, exige a adequação do PEEG ao SNUC. Por outro lado, a área do “Campinho”, ao estar incluída no PEEG como parte da APA do Maciço Central, estaria definida numa categoria ambiental que permitiria, dentro de determinados limites, a ocupação humana. Ao potencial conflito no campo jurídico onde co-existiam, de forma ambígua e contraditória, diferentes categorias ambientais, faziam de contraponto as políticas públicas municipais que persistiam na manutenção da versão única, institucionalizando a justificativa da desocupação do local e a extensão da barreira verde urbana.

Com limitado acesso aos dispositivos jurídicos, a cujo respeito debatem os técnicos da Poligonal 3 do Projeto Terra mais Igual, tímidos apoios da sociedade civil organizada, e uma fraca organização e mobilização política, os moradores do “Campinho” estabeleciam ao longo da pesquisa uma interlocução seletiva orientada sobre a história local, tão importante para eles e para seus descendentes, e que, como repertório de narrativas orais, junto a fontes documentais escritas e visuais, podia se constituir como importante pista de mobilização via memória e identidade social local.

Seu Belmiro dos Santos começou a contar a história local a partir da criação do Parque, como resultado do poder de influência dos moradores do bairro de classe média alta de Fradinhos e seus aliados, sobre o poder público estadual e municipal. No decorrer da narrativa, o velho morador do “Campinho” reaquecia tensões que tinham permanecido silenciosas/silenciadas por um tempo demais longo. Conforme sua narrativa, foi durante a I Jornada Ecológica ao Morro da TV em 1983 que a Associação de Moradores de Fradinhos (AMF), reivindicara a proteção ambiental da área limítrofe ao seu bairro, prosseguindo com as manifestações nos dois anos seguintes até conseguir a criação do

---

<sup>35</sup> Despacho do Subsecretário de Controle Ambiental de 05/11/08; Processo nº 5073036/07 - SEDEC/GCE/EFE, de 20/08/07.

Parque Estadual da Fonte Grande, expulsando os habitantes de seu território, marcados por novas fronteiras que o reduzem a uma estreita língua de terra no topo do morro.

“E é assim que continuam fazendo”, ressaltava seu Belmiro, ao se referir aos rendimentos políticos das atuais manifestações da AMF contrárias ao projeto da prefeitura de construção de um condomínio popular em seu bairro, para famílias retiradas dos morros de Forte São João, Romão, Cruzamento e Alto Jucutuquara. “Pulmão” de Vitória, o bairro de Fradinhos, é um reduto de preservacionistas<sup>36</sup> e daqueles “cidadões mais cidadões que outros” que controlam o sistema judiciário e orientam as políticas públicas, sugerindo, como neste último caso, para solucionar o conflito com a PMV, “opções locais” para o reassentamento dos pobres, desde que afastadas de seu bairro, e alertando a população para evitar construções “em topo de morro” aparentemente por atitudes humanitárias em relação aos moradores do “Campinho” que enfrentariam dificuldades ao longo do caminho que os leva às mansões de Fradinhos onde prestam serviços como jardineiro, empregada doméstica, faxineira.

- Vinculada à AMF, a Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande (AAPFG) é responsável para dar continuidade às jornadas ecológicas que garantiram a criação do parque definido, numa nova metáfora organicista, como o “Coração” de Vitória. O evento é comemorado pela AAPFG<sup>37</sup>, lembrando sua concomitância com um desastre ecológico ocorrido no Morro do Macaco, atribuído à favelização da localidade, reforçando a retórica da importância da criação de parques como solução para preservação integral da natureza e a prevenção dos riscos.

---

<sup>36</sup> Em seu site se afirma o seguinte “áreas de preservação ambiental devem ser conservadas e disponíveis apenas para o meio ambiente. Nelas nenhum ser humano pode interferir com suas construções, quaisquer que sejam”  
<http://fradinhosonline.blogspot.com/2009/05/reassentamento-em-fradinhos-e-o.html>.

<sup>37</sup> Além de ser reconhecido como seu fundador, o presidente da Associação em 2000 trabalhou no Parque da Fonte Grande e foi responsável pela captação dos recursos que permitiram montar sua estrutura administrativa

Novas Jornadas Ecológicas e Novos Parques: como afirmava Seu Belmiro “assim continuam fazendo”, pois a manifestação realizada na semana do meio ambiente de 2009 tinha o intuito de reivindicar a criação de uma nova área de proteção integral, o Parque Natural de Fradinhos, formalizando o apoio de autoridades públicas e de candidatos políticos aliados. O novo parque constitui um espaço ecopolítico estratégico, pois ao aumentar a extensão da área de preservação integral existente, será necessário providenciar a erradicação dos moradores da região, em grande maioria, de baixa renda.

Os momentos mais acirrados do conflito socioambiental entre PMV, AMF, AAPFG e moradores do “Campinho”, eram propícios à circulação de boatos. Corria a versão no morro e nas redondezas de que, com a retirada dos moradores, estava sendo liberado o espaço para construção de condomínios verdes fechados de classe média alta que não param de crescer na região metropolitana e seu entorno. Uma versão complementar fazia referência aos parques como muros verdes que separariam e protegeriam os abastados da cidade do restante da população urbana. De fato, o Maciço Central representa uma região sócio-natural que contempla representações de territórios e de fronteiras entre setores oeste e leste da cidade que, apesar de mudanças históricas em sua configuração socioeconômica, na mancha urbana em forma de anel ao redor da APA, marcam espaços de profundas desigualdades que revelam a outra face de uma cidade que se pretende e se promove pela igualdade cidadã.

A promoção e transformação acelerada de Vitória numa cidade “verde”, através de um reordenamento ambientalista conservador que recusa se adequar ao SNUC, potencial garantia da permanência da população nas áreas ocupadas, efetiva-se com a erradicação dos moradores pobres. A pauta ambientalista, através do repertório das categorias sancionadas, “resolve” questões econômicas e sociais, reafirmando contrastes físicos e sociais já instaurados.

“Imaginem se isso tudo fosse ocupado por favela? Não teríamos mais como apreciar essa beleza!” comentava o presidente da AAFG ao longo da última jornada ecológica que, através de várias ritualizações, contribuía para a interiorização de gostos, valores e atitudes que Leite (2004) compara com os manuais de etiqueta renascentistas e seu papel no controle das emoções e na estilização da conduta, naturalizando e interiorizando certos comportamentos (Elias, 1990). Em contraste com a aproximação e celebração do legado histórico e arquitetônico das grandes fazendas coloniais, os manifestantes se mantiveram distantes dos outros moradores do lugar, destituídos de direitos e reconhecidos como objetos de observações folclóricas do tipo “Ali é legal, eles plantam mandioca, coentro e pé de chuchu” e de intervenções assistenciais do Estado provedor/tutelar.

No relato de Seu Belmiro, o cenário do conflito no qual o poder público incorporava os interesses destes outros atores, desenhava as relações de forças entre os atores envolvidos em termos de meios e ação / pressão política na disputa pelo mesmo espaço. As controvérsias sobre seus significados-usos e a defesa do lugar davam visibilidade a um modelo local de relações sociedade - natureza que configurava uma territorialidade urbana resistente à política municipal de homogeneização das poligonais e de expansão dos parques, envolvendo projetos, representações e direitos coletivos excluídos dos espaços públicos de participação da população nas propostas de resolução dos conflitos.

O território transformado em parque se tornara área proibida de acesso, uso e manejo por parte de seus antigos habitantes, submetidos às normas e regulamentos ambientalistas. A fiscalização trazia para o lugar a figura do “vigia” de nome Eurico que, conforme o relato de Dona Inácia, convidava seu grupo familiar a ocupar a parte mais alta do “Campinho”, com o objetivo de proteger a localidade das frequentes queimadas.

Enquanto as famílias do “Campinho” vigiavam, na invisibilidade, seu território expropriado e transformado em ilha “verde”, a vizinha região de São Pedro

ficava mundialmente conhecida<sup>38</sup> como lugar “marron” de toda pobreza e degradação ambiental, palco de lutas de movimentos sociais que reivindicavam condições de vida mais dignas. São Pedro representava um caso extremo de risco social e ambiental, num período de urbanização descontrolada da cidade, em decorrência da intensa migração provocada pelo surto desenvolvimentista do Estado que expulsara povos e comunidades tradicionais de seus territórios originários, sobretudo na região norte do Espírito Santo.

Era a década de 1970 quando a vasta área de mangue utilizada como depósito de lixo pela PMV passou a ser ocupada por famílias em condições de extrema penúria que se utilizavam do manejo do lixo como forma de sustento. Em 1980, quando a região abrigava cerca de quinze mil pessoas, a PMV criou o Promorar, programa de regularização fundiária, ambiental e habitacional que, incapaz de alcançar as metas previstas, foi substituído, em 1988, pelo Projeto São Pedro, com o intuito de conter a destruição do manguezal e envolver a comunidade na implantação dos critérios de uso e ocupação do solo, e promover a urbanização das áreas destinadas ao estabelecimento urbano e melhorias habitacionais.

O Projeto São Pedro se tornou a principal referência da atuação da Prefeitura Municipal de Vitória para sua projeção nacional e internacional, que se desencadeia na década de 1990, no intuito de atrair recursos para projetos ecológicos urbanos e inserir Vitória no circuito global, como cidade atraente e atrativa para investidores. Após a Conferência sobre Meio Ambiente-Rio 92, quando se firmou o compromisso dos governos com a Agenda 21, documento para o planejamento de uma cooperação internacional e de ações nacionais e locais em vista do tripé constituído pelo desenvolvimento, o combate à pobreza e a proteção ao meio ambiente, a PMV apresentava novamente o Projeto São Pedro, em 1996, na Conferência Mundial de Istambul do Habitat II, pautado na visão de uma cidade-modelo humanizada, garantindo sua inclusão no Programa Nacional dos Direitos Humanos. Uma pequena publicação de

---

<sup>38</sup> Desde a primeira visita do Papa Joao Paulo II, em 1981,

circulação restrita, intitulada “São Pedro, Vitória, um exemplo para o mundo” reconstrói a trajetória do projeto<sup>39</sup> aclamado como um sucesso de integração entre governo e sociedade organizada, de planejamento público, de combate à miséria, de união de urbanização com preservação de meio ambiente<sup>40</sup>. Se no volume não faltam omissões estratégicas, como as causas dos fluxos migratórios e das ocupações do manguezal na década de 1970, o que merece atenção é a celebração dos gestores municipais como os principais artífices das políticas sociais e do rumo das mudanças que se orientam para as idéias de gerenciamento e comunicação empresarial para a descoberta da vocação do lugar e da ocupação produtiva (p.115).

As atenções dos diferentes setores da sociedade convergiam para a questão ambiental, que assumia caráter totalizante como questão pública, estimulando a criação de novas entidades, especialidades e profissões, assim como ajudando a reconverter e revalorizar categorias de profissionais, consolidando progressivamente procedimentos, normas e legislação pertinentes (Leite: 2004).

Em meados dos anos de 1990, concomitante com a elaboração do Plano de Manejo do PEEFG, a PMV lançava o Projeto Rota Manguezal, celebrando agora os novos profissionais da educação ambiental como os artefices da conservação do ecossistema, através de seu uso sustentável e do incentivo à indústria turística, com treinamentos e capacitação da população do mangue tida como principal responsável da degradação ambiental. O poder atrativo da paisagem, a beleza cênica do mangue, era um grande trunfo das políticas públicas municipais que prometiam investir em melhorias na infra-estrutura do entorno. Direitos e cidadania eram traduzidos em meios para fins lucrativos. Na nova ordem ecológica, o mangue, antigo símbolo da insalubridade e do lixo, eliminado a custo de sucessivos aterros, sofria uma inversão de sentido e

---

<sup>39</sup>Gurgel, A. de Padua & Pessali, H. (orgs) São Pedro , Vitória, um exemplo para o mundo.IHGES, Sebrae-Es,Escola Monteiro Lobato CEMS, Vitória,2004

<sup>40</sup> De autoria do prefeito Luiz Paulo Veloso Lucas que sucedeu a Paulo Hartung, sob cujo mandato foi realizado o Projeto São Pedro.

valor, apesar de que a dominação da natureza nunca deixou de ser ao mesmo tempo a dominação e controle das suas populações.

Enquanto no âmbito local se consolidava o monopólio da vertente preservacionista, a partir da década de 1980, se estabelecia em nível nacional, uma estreita relação entre o socioambientalismo e povos e comunidades tradicionais, que ganhavam visibilidade como novos movimentos sociais, para a afirmação das diretrizes do desenvolvimento alternativo e o reconhecimento de suas específicas adaptações histórico-ecológicas.

O tratamento da dimensão ambiental, como elemento de argumentação, disputa e negociação entre setores do Estado e grupos sociais associados com suas formas participativas, criava condições de possibilidade de incorporação da diversidade social à democratização da sociedade brasileira. Entretanto, de modo ambíguo, o ambientalismo, relacionado com os interesses e funções dos atores envolvidos, podia tanto estar a serviço do capitalismo como forma de controle social quanto exercer seu controle para restabelecer o tecido social, transformando, com sua incorporação e naturalização, a forma e a linguagem nas quais se expressavam os conflitos sociais e sua institucionalização (Leite, S. 2004).

Em 1996, a PMV lançava o Projeto Vitória do Futuro (1996-2010), planejamento estratégico da cidade, com o intuito de inseri-la no contexto global da Agenda 21. O amplo plano de remodelamento da região metropolitana foi elaborado por uma equipe que, em sua composição, favoreceu a influência da classe empresarial e dos profissionais liberais, se alimentando do imaginário pautado em cidades – modelo, como Madri, Barcelona e Curitiba.

Em sua análise da trajetória da cultura política municipal, G. Banck (2000) percorre as diferentes referências que inspiraram o imaginário local desde a ofensiva contra a herança colonial, passando pelo deslocamento do referencial das cidades europeias para as norte-americanas, no período

desenvolvimentista, produzindo orientações espaciais que obedeciam a uma lógica social materializada nos novos bairros da classe dominante, voltados para a baía e o mar, de costas para o mangue, a impureza e a miséria dos imigrantes expulsos de suas terras.

O Projeto Vitoria do Futuro promovia o imaginário urbano da “cidade feliz que vai se tornar mais feliz, mais cidadã”, a imagem de uma cidade - pessoa com vontade própria que, segundo G. Banck era estimulada pela leitura de um manual norte-americano para um governo empreendedor e descentralizado, de grande sucesso e circulação entre gestores, políticos e empresários locais<sup>41</sup>.

Para apresentar o diagnóstico sobre os problemas urbanos foram desenhados dois cenários antagônicos: o inercial e o normativo, o lado sombrio e o futuro desejável, o impasse e aumento da pobreza, da favelização e da violência urbana e, em contrapartida, as perspectivas e oportunidades para a participação consciente e solidária dos cidadãos na vida da cidade. Os cenários foram representados por metáforas animais: o caminhar do caranguejo – andar de lado ou enfurnar-se no lodo, de outro, o salto do marlim azul, momento máximo de beleza e emoção- atrativo turístico regional-pesca do peixe fino.

O caranguejo feio, escuro, com visão deficiente e corpo defensivo virado para o centro, perigoso por causa de suas tenazes, vivia dentro da lama ou entre as pedras no litoral. Representava a população do mangue, lugar da sujeira, da pobreza e da contaminação. O marlim azul, peixe de alto mar personificava a classe dirigente, com seu aspecto ostensivo, radiante, ambicioso como os aranha-ceus, modelo ideal a ser almejado. Representava a competição de alto custo da pesca esportiva, voltada para o mar como os edifícios que ostentavam riqueza e poder. O contraste do imaginário urbano não admitia alternativa, tampouco pluralidade. Tendo já predeterminado o caminho a ser seguido, a

---

<sup>41</sup> De autoria de David Osborne e Ted Gaebler, várias vezes convidado a ministrar palestras em Vitória.

PMV encenava a participação popular através da pergunta-chave colocada para a população: Para onde vai Vitória?

O Projeto Terra era o carro chefe do planejamento estratégico Vitória do Futuro<sup>42</sup>, que estava direcionado a alcançar padrões de desenvolvimento social que garantissem que a cidade se tornasse competitiva, atrativa e atraente para os investimentos públicos e privados<sup>43</sup>. Divulgado como um sucesso da participação popular em termos de organização coletiva, intervenção e responsabilidade nos espaços de formulação e implementação, a elaboração do Projeto era o resultado de um compromisso entre as propostas que marcavam as políticas municipais dos anos 80 e 90, quando, segundo Carlos e Zorzal (2004), canais institucionais de participação popular já haviam sido criados, como prerrogativa para intervenções nas áreas tidas de risco e de degradação ambiental.

Se as questões públicas ambientais, incitando ao envolvimento dos cidadãos, tiveram um importante papel em contribuir para neutralizar os medos das propriedades subversivas da participação (Leite, 2004), entretanto, os espaços “participativos” do Projeto Terra revelaram uma grande resistência do poder público a institucionalizar os espaços de participação, esvaziada de seu sentido emancipatório, reduzida a estratégia de gestão para maior eficácia e eficiência das ações do poder público (Carlos e Zorzal, 2004). Fortalecendo a condição de clientela da população envolvida, a participação como gerenciamento da pobreza urbana inviabilizava a construção de uma cidadania ativa e a superação das desigualdades existentes.

Pautado na igualdade, como princípio de cidadania, a partir da perspectiva do desenvolvimento humano sustentável, o Projeto Terra mais Igual, lançado em

---

<sup>42</sup> O projeto Vitória do Futuro cotemplava também a intervenção urbana, pautada no tripé da “valorização do patrimônio histórico”, “busca de qualidade de vida” e “participação popular”, orientada por um planejamento de resultados, que idealizava a inserção da cidade em um contexto de globalização, a partir de sua imagem (BOTELHO, 2005: 58).

<sup>43</sup> A imagem do empresário local foi escolhida como capa da versão 2002 do Projeto Vitória do Futuro, Agenda 21 da Cidade de Vitória.

2004, prometia investir na promoção e melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída, através de um conjunto integrado de ações sociais, obras e serviços públicos que viabilizassem condições de acesso aos bens e serviços públicos do município. Em nome da preservação ambiental conjugada à promoção da cidadania, o programa empreendia o plano de remoção da população pobre de seu habitat, negando-lhe identidades, direitos e dignidade. Era preciso elaborar e legitimar argumentos convincentes para justificar as intervenções de retirada destas populações das áreas que, ao se tornarem “verdes”, deixariam de representar seu habitat, dentro da lógica dualista defendida pelos preservacionistas, providenciando o deslocamento das representações de impureza e contaminação, antes atribuídas a ambientes naturais, para os agrupamentos humanos. O espaço público se transformava como afirma F. R. Mota, passando de um universo de relações comunicativas (Habermas, 1987) num universo de relações de simetria e competição entre humanos e não humanos (Latour, 2000).

### ***Terceira aproximação: a igualdade “por baixo” e a escadaria “do céu”***

Circulando pelas principais artérias da cidade de Vitória, se enxergam longas e estreitas escadarias que ligam a parte plana com os morros e as encostas, sendo freqüentes as movimentações de pessoas subindo e descendo os inúmeros e irregulares degraus de cimento, carregando crianças, compras de alimentos, mochilas, entre outros. Os nomes das escadarias marcam histórias e personagens dos lugares, monumentos da memória das comunidades que celebram suas lutas, seus fundadores, entre eles, líderes indígenas, como é o caso da escadaria Fortunado Ramos do Morro de Jaburu, ou traduzem com ironia as dificuldades vivenciadas no cotidiano, como a ingreme “escadaria do céu” que do Morro da Fonte Grande sobe até a área do “Campinho”, construída pela PMV de tal forma que, como descrevem os moradores, ao subir os degraus o declive é tão forte que se tem a sensação de estar indo para o céu, se descolando da terra firme.

A escadaria do céu simboliza também os degraus que dividem espaços socialmente habitados e menos invisíveis às instituições e políticas do Estado em constantes obras de saneamento básico e contenção de encostas geradas pelo orçamento participativo, e as áreas inseridas nas ZAP(s) e em condições permanentes de risco. A íngreme subida de cimento para o ‘céu’ leva a um espaço-tempo de vivências de territórios múltiplos já identificados de forma essencialista, mas provocatória, como o campo na cidade e a cidade no campo.

Buscando articular a pesquisa de campo com o mais abrangente estudo sobre índios urbano em Vitória, realizado sob minha coordenação, nas primeiras fases da pesquisa foi privilegiada a interlocução com o grupo familiar liderado por Inacia dos Santos e o irmão Belmiro, em função da atribuição exterior de sua identidade como indígena. Originários da vila de Barra Seca do Sul, município de Linhares, e provenientes do distrito de São João Grande do Norte, na região de Itapina, município de Colatina, por volta da década de 1940, o grupo fugia da miséria que se alastrava no campo, migrando para a cidade grande em busca de emprego e melhores condições de vida. Outra irmã da família de oito filhos foi residir numa localidade mais distante, na região metropolitana da Grande Vitória.

A oportunidade de trabalhar na fazenda do Zé Ganga, nos contrafortes do Maciço Central imbricada no território sobreposto pelo parque, deu ao grupo condições para seu sustento e referencia para fixar sua moradia perto do “caminho das pedras” que ligava a parte íngreme ao restante do Morro da Fonte Grande. Os integrantes do grupo passaram a ser conhecidos como “os índios do Campinho”, atribuição negativa de identidade carregada de preconceito e discriminação, rejeitada com veemência por Dona Inacia, a sobrinha Maria, filha do seu Belmiro, e pelos demais integrantes do grupo.

No “Campinho”, Belmiro conhecia Regina Brandão com a qual se casava, e que tinha nascido na localidade, para onde foram morar seus pais, provenientes de Conceição da Barra, no norte do Estado. Outras uniões, como

a de uma filha da Dona Inacia com um herdeiro da Fazenda Pinto Lirio, e os enlances matrimoniais com a família Boa Morte, oriunda de terreiros e quilombos, permitiam estabelecer alianças diversificadas com os habitantes da localidade e dos morros adjacentes, Capixaba, Piedade e Moscoso. Relações de parentesco, troca, cooperação e faccionalismo compunham o território das famílias que integravam a comunidade.

Entre as praticas de sociabilidade de antigamente, emergiam os bailes com acordeon e sanfona, os namoros à moda antiga, as brincadeiras da roda e dos ‘moinhos de casca de banana’, que reiteravam, na lembrança de acontecimentos, valores, de um lado, lançados no esquecimento, como o respeito mutuo e, do outro, integrados nas histórias sobre o campo de futebol, o bar do “Campinho”, e a torcida pelo time de futebol preferido.

Com o passar do tempo, mudavam os ritmos e lugares da sociabilidade e Dona Inacia passava a freqüentar os grupos da terceira idade alguns dias da semana, descendo e subindo a íngreme escadaria do céu e a transitar livremente entre diferentes espaços religiosos, entre eles as igrejas pentecostais que penetraram de forma intensiva nas comunidades do morro, transformando as relações entre velhos moradores, como ocorria entre Dona Heralda e os antigos e procurados benzedeiros da região, identificados com agentes a serviço de forças malignas. Apesar de ser ainda recente o tempo de mudança de residência de Belmiro do “Campinho” para uma casa no morro da Fonte Grande, os problemas de saúde que justificaram a transferência de moradia junto à esposa e à família da filha Maria, continuam desafiando a vontade do velho morador de voltar a viver naquele que reconhece como o seu lugar, o espaço de pertencimento que a irmã Inácia, junto a filhos e netos, continua habitando e vigiando, sentada diariamente num banquinho na frente de sua casa com vista aberta para a cidade e as movimentações que ocorrem de todos os lados.

Religiosamente, aos sábados, Seu Belmiro desce o morro em busca da boa e velha companhia da pescaria a beira mar no centro da cidade. Este local assim

como o mercado da Vila Rubim, situado num dos mais antigos espaços urbanos, conhecido como a Cidade de Palha<sup>44</sup>, onde ocorrem, desde os tempos coloniais, compras e vendas de produtos locais, se mantiveram, ao longo do tempo, referências fixas dos circuitos urbanos de moradores do “Campinho”, de indígenas e de outros habitantes de morros, encostas e mangue, fabricantes de outras artérias que ligam e atravessam invisíveis os territórios da cidade.

Apesar dos números pontos de vendas e supermercados no centro da cidade, Dona Inácia continua realizando suas compras na Vila Rubim, descendo pela trilha que liga a região do mercado ao Parque da Fonte Grande, lugar de importância estratégica que, por meio dos múltiplos caminhos na mata, se conecta com vários espaços urbanos que incluem o bairro de Fradinhos e a região da Gruta da Onça.

O grupo familiar se fixara definitivamente na localidade, onde nasceram e cresceram filhos, netos e bisnetos que, em sua maioria, ainda moram no mesmo espaço ao qual estão afetivamente ligados, como relata Seu Belmiro sobre a escolha de seus netos de permanecer no lugar em vez de seguir seus pais que saíram em busca de melhores condições de trabalho e moradia.

Durante as entrevistas, enquanto Dona Inácia se queixava de sua frágil memória, que em alguns momentos acionava como estratégia de defesa da nossa insistente intrusão em sua vida, preferindo agradar a equipe com cafezinhos e refeições a base de arroz, feijão e frango abatido na hora, Seu Belmiro sentia-se prestigiado a ser interpelado sobre seu passado. Contava sobre os tempos de caçador quando armava os mundéus para pegar tatu e paca, e de pescador de bagre com iscas de tripas de galinha. Lembrava a farinha feita em casa, desde os tempos de Barra Seca do Sul, para onde voltou com a família, antes de migrar para Vitória; do preparo dos beijus, das tapiocas

---

<sup>44</sup> Leonardo Coelho Duarte O Samba no Morro da Fonte Grande - Vitória (ES): 1889-1955. Revista eletrônica de musicologia. Volume XII, 2009. [http://www.rem.ufpr.br/\\_REM/REMr12/14/leonardo\\_coelho\\_duarte.htm](http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMr12/14/leonardo_coelho_duarte.htm)

recheadas, das bananas de três quinas e das riquezas alimentares e seus sabores: café, milho, feijão guando, cará roxo, os diversos tipos de aipim, plantados e distribuídos no interior do grupo.

Durante uma oficina de desenhos com as crianças sobre representações da natureza, sob os olhares curiosos de outros integrantes da comunidade e vigilantes dos mais velhos do grupo familiar, Seu Belmiro começou a descrever o ambiente natural ao seu redor. Desenhos e palavras se articulavam em discursos-imagens de pertencimento conectando plantas, bichos, flores, cores, brincadeiras com frutos da jurubeba, mamonas, abacateiros e pés de cajás. Seu Belmiro falava sobre as mangueiras, goiabeiras, jaqueiras, bananeiras e cacauzeiros que se encontram na região. Descrevia as árvores que ele plantou na mata, como os pés de jaca e de manga, deflagrando a contribuição do grupo para o desenvolvimento da mata secundária e a preservação do espaço em disputa, sistematicamente ignorada e incorporada na natureza intocada.

Estudos de ecologia histórica corroboram como as formas de preservação de florestas secundárias estão vinculadas ao povoamento de comunidades tradicionais, como é o caso da ocupação, uso e manejo da mata por parte de famílias do “Campinho”. Investigações sobre a antropização da biodiversidade demonstram que maiores taxas de fauna e flora têm sido geradas com a manipulação praticada por sociedades tradicionais para reprodução e preservação do meio-ambiente (Descola P. 2000). Esse saber ecológico é transmitido de geração em geração por sistemas de crenças e mitos, por regimes de propriedade comum, por acessos coletivos aos recursos naturais, pelo pertencimento coletivo e individual a um território específico, e por uma memória ancestral coletiva.

A compreensão dos sistemas de conhecimentos do mundo natural de povos e comunidades tradicionais é condição para que possam ser colocados em paralelo com os modelos e conceitos produzidos pelo conhecimento científico, como proposto por Claude Lévi-Strauss (1989), mas ainda amplamente ignorados e hierarquizados pela maioria dos especialistas que contribuem para

a expropriação e fiscalização do espaço vital destes grupos, como no caso dos habitantes do “Campinho”. Seu lugar foi dividido e transformado em secções de parque, impedindo-lhes a realização e manejo de plantios agroflorestais e limitando o exercício de seus conhecimentos, cuja salvaguarda, no entanto, constitui importante preocupação do grupo.

As referências aos ambientes naturais eram constantes e envolviam, em seu mapeamento, a recordação de lugares sagrados no meio da mata, para onde Seu Belmiro se retirava durante os tempos de jejum e silêncio das semanas santas e quintas-feiras de penitência. Espaço do sagrado e do segredo, o acesso à mata continuava preservado e vigiado pelos moradores ao longo das gerações. Um neto dos irmãos Inácia e Belmiro, inicialmente receptivo a proposta de fazer uma caminhada pela mata, usou de várias estratégias para inviabilizar o empreendimento, exercendo o controle sobre quem e com quem se entrava e percorria a floresta.

As conversas sobre a mata como ‘natureza animada’ manifestam-se através de representações dos agentes naturais que povoavam o lugar e o imaginário popular, como os arranhões de gravetos nomeados de ‘surras do saci’. Conselhos sobre as condutas a ter com os animais, envolvendo afeitos e afeições, eram frequentes nas conversas dos mais velhos com rapazes e crianças. Os micos<sup>45</sup> que diariamente visitam as casas deixavam Belmiro e seus familiares preocupados com a falta de alimento e de dinheiro para comprar-lhes bananas, já que as de seus quintais não supriam nem a própria fome. Dona Inácia alertava sobre as conseqüências de bater ou machucar e depois deixar escapar a cobra, conhecida como ‘preguiçosa’ ou ‘cobra cipó’ que não reage imediatamente, mas aguarda a melhor oportunidade para se vingar. O cuidado com esta cobra estava ligado ao cipó, procurado pelo grupo e utilizado desde as brincadeiras na mata até o feitiço de utensílios e artesanatos.

---

<sup>45</sup> Micos das espécies *Callithrix geoffroy* e *Callithrix flaviceps*

Numa roda de conversa, Dona Inácia discorreu sobre cascavéis, jibóias e cobras corais com as quais já se deparou naquele território; descrevia características e localidades dos ninhos, com riqueza de detalhes, desvendando conhecimentos adquiridos com experiências de longa data que abriam o campo de investigação para as relações estabelecidas entre humanos e não humanos como modalidades locais de manejo sustentável da biodiversidade. A mata fazia parte de um sistema de relações naturais e sociais que envolviam as interações que marcavam as fronteiras entre os grupos da comunidade do “Campinho”, como o de Belmiro e Dona Inácia e aquele de filhos e descendentes de benzedeiro (a)s que cuidavam de canteiros improvisados e cheios de arruda, ‘comigo ninguém pode’ e demais ervas para os trabalhos de cura. Na comunidade circulavam histórias sobre curadores de outrora que se reuniam na Pedra do Diabo<sup>46</sup> marco territorial das comunidades negras que co-habitam o espaço em disputa; sobre a anciã mestra benzedeira, Dona Naná e a importância da transmissão de seus conhecimentos para a salvaguarda do patrimônio imaterial destas comunidades<sup>47</sup>.

Entre as narrativas destacavam-se histórias subalternas de inversões dos relatos coloniais, como a do pai da dona Heralda ‘catado a laço’ e de um índio que vive sozinho na mata e que anda pelas trilhas nos altos dos morros pedindo dinheiro para comprar mandioca. As narrativas sobre os habitantes naturais e sociais da mata os representavam circulando livremente pelos espaços da floresta, atravessando os limites impostos pelas áreas protegidas, percorrendo as numerosas trilhas, como o “caminho da capixaba”, que conecta os Parques da Fonte Grande e da Gruta da Onça, parte da qual foi recentemente descoberta pela PMV que pretende transformá-la em ponto de atração turística...

---

<sup>46</sup> “Aqui no Espírito Santo, ou mais precisamente em Vitória, na estrada do Contorno, no local chamado Inhanguetá, se encontra, em pedra rasa, a prova de que por aqui também andou o Diabo”(Santos Neves, G. A LENDA DO PÉ DO DIABO) [http://www.estacaocapixaba.com.br/folclore/coletanea/coletanea\\_43\\_lenda\\_pe\\_diabo.htm](http://www.estacaocapixaba.com.br/folclore/coletanea/coletanea_43_lenda_pe_diabo.htm).

<sup>47</sup> Lendas e histórias do lugar são coletadas por investigadores espontâneos, integrantes das comunidades dos morros, tendo sido em parte reunidas em pesquisas realizadas junto às comunidades negras e à escola de samba, como a de Oliveira, O. Martins de et alii (2009).

As relações de subjetivação entre humanos e não humanos subsumiam na configuração do conflito socioambiental, gerido institucionalmente como disputa para a definição jurídica do espaço e de seus habitantes, enquanto objetos do embate. Os autores do Diagnostico da Poligonal 3 da PMV ao atribuir aos moradores do “Campinho” a categoria de comunidade tradicional, promoviam uma retórica da identidade que legitimava a reivindicação dos direitos sobre o espaço em disputa. Cobravam, ao mesmo tempo, a revisão da categoria ambiental que incorporava o interesse de outros atores que conciliavam a manutenção da definição de área de uso restrito com o parece técnico anônimo que negava a existência de povos e comunidades tradicionais. Neste embate sobre o poder da definição do outro, os habitantes do “Campinho” permaneciam na posição dos mais fracos, sem oportunidades de empoderamento, como sujeito dos direitos que lhes eram atribuídos. A categoria jurídica de comunidade tradicional ainda não foi apropriada politicamente pelo grupo, sendo ignorada e evitada por ambientalistas, a maioria dos setores da PMV e os moradores do bairro de Fradinhos. Ademais, possibilitando a visibilidade das modalidades específicas de usos—significados dos recursos naturais, a utilização desta categoria permite instrumentalizar o estudo das formas de proteção e manejo ambiental praticadas pelos grupos, indispensáveis para garantir a manutenção de seu modo de vida.

Nos embates sobre definições de categorias como ‘tradicional’, ‘índio’, ‘não-índio’, “meio ambiente”, “natureza”, os integrantes da comunidade do “Campinho” mapeavam ‘marcos de ambiência’, as evidências espaciais referenciais de sua historicidade (Pradella, 2008), buscando, ao mesmo tempo, se apropriar e dominar a linguagem ambientalista da natureza intocada, das belezas cênicas do parque, indispensável para desencadear negociações políticas, mas ainda insuficiente para reivindicar o direito a permanecer no lugar, se deparando com as limitações de seu aporte que não chegava a atingir um poder público que constrange as minorias a se apropriarem e interiorizarem valores e condutas hegemônicas e hierarquizadas.

### ***Conclusões aproximativas***

A profunda assimetria que caracteriza este conflito socioambiental se alimenta do cultivo de atribuições identitárias funcionais não a uma política efetiva de redistribuição, mas à economia moral da gestão institucional da pobreza e à tradição do achatamento e invisibilidade da diversidade cultural da população urbana de baixa renda.

Identificar o “Campinho” como reduto da população pobre da cidade não constituía nenhuma novidade, já que desde 1589, conforme Derenzi (1995), quando os frades franciscanos chegaram à ilha de Vitória e escolheram o morro da Fonte Grande para construir a capela<sup>48</sup>, dando início às obras de edificação do Convento de São Francisco, contaram com a ajuda de habitantes do lugar para os serviços da construção, já que “a pobreza do povo não os deixava contribuir financeiramente”. Trabalhar a serviço e sob a tutela da elite que na época ocupava com suas fazendas e residências os altos dos morros e a parte plana do centro da cidade, continuou sendo a principal atividade dos moradores de áreas menos privilegiadas e abandonadas de morros, encostas e mangues, tidos, até final do século XIX, como “vazios demográficos”.

Os critérios sócio-econômicos norteadores de ações de inclusão social, usados de forma exclusiva, são excludentes de critérios diferenciais, legitimando atitudes educativas autoritárias fortalecidas pela institucionalização do ambientalismo. Por outro lado, questões socioculturais decorrentes de intervenções ambientalistas acabam sendo sufocadas pelo peso conservador do imperativo preservacionista e de um ordenamento territorial pautado na concepção técnica de espaços delimitados de moradia e identidades homogêneas de baixa renda, instituída com as poligonais.

O conflito socioambiental envolve diferentes atores e suas interações no confronto entre modelos de relação sociedade – natureza e de historicidades, como construções territoriais de sentidos espaços-temporais que implicam

---

<sup>48</sup> Da qual se originou a Irmandade de São Benedito cuja cisão interna deu origem aos grupos rivais Peroás e os Caramurus.

visões de futuro incompatíveis como um projeto hegemônico da cidade estabelecido de antemão. É notório que poderes públicos, multinacionais, empresários, intelectuais e profissionais (neo) liberais locais persistem obstinadamente no afã autoritário de desenhar o caminho a ser seguido<sup>49</sup> pela população, falseando a participação democrática. Na paisagem da cidade “verde” sustentável, atraente e atrativa para investidores nacionais e estrangeiros, se consolida a cosmologia do neocolonialismo (Lobão, 2006), narrada no monólogo do ambientalismo preservacionista, perpetuando desigualdades, dualismos e hierarquias, em nome de uma pretensa ética ecológica planetária que, ao mesmo tempo em que anuncia a messiânica salvação da humanidade, continua poluindo e produzindo incalculáveis e incalculados riscos sociais.

A colisão das praticas de desapropriação/remoção de segmentos da população que ocupam tradicionalmente áreas de interesse ambiental com as diretrizes nacionais e internacionais para a promoção da biosociodiversidade ainda não alcançou consistência política local. As conquistas advindas do Decreto Presidencial 6040/2007 que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPCT)<sup>50</sup> para reconhecimento das identidades coletivas e dos direitos baseados nos princípios da pluralidade, auto-definição e dignidade humana, são incipientes em termos de garantias

---

<sup>49</sup> Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2006-2025. Para consulta das linhas mestres do projeto ver: <http://www.espiritosanto2025.com.br>.

<sup>50</sup> Dispositivos legais que pautam os princípios e diretrizes da PNDSPCT são: a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972), a Convenção 169 da OIT de 1989 e ratificada no Brasil em 2004, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992), a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da UNESCO, ratificada no Brasil em 2006. A Declaração Internacional sobre os Povos Indígenas, da ONU (2007) apesar de não ter caráter vinculatório, representa outro instrumento de orientação e monitoramento das relações que os poderes públicos estabelecem com comunidades tradicionais e povos indígenas. A diversidade cultural, como alicerce do desenvolvimento social, é garantida pelo inciso II do artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e pela Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001. A defesa da diversidade cultural apresenta-se como um imperativo ético e como base para o desenvolvimento, definido em termos de sustentabilidade na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais (item 6 do Art.2)

jurídicas, com um quadro agravado pelo fraco poder político dos grupos envolvidos e o apoio tímido da sociedade civil organizada.

A ausência de um debate específico no âmbito das políticas públicas municipais arraigadas ao monopólio da identidade genérica de pobre e a visões dicotômico-hierárquicas das relações sociedade-natureza, perpetua o domínio da visão integracionista que aloca para fora da cidade povos e comunidades tradicionais num espaço e tempo pré-estabelecido e imutável que desconhece e desqualifica a mobilidade histórica, política e cultural destas populações, invisíveis em termos de cidadania, excluídas da participação efetiva nos processos decisórios que as envolvem, em todos os níveis do âmbito legislativo e administrativo.

O processo de negação/omissão funciona como recurso político para alimentar, no âmbito da perspectiva das situações de riscos, categorias essencialistas de ‘sociedade’ e ‘pobreza’ que possibilitam a manutenção de uma atitude tutelar em relação aos grupos locais. A lógica neocolonial da diversidade urbana que, na pobreza, homogeneiza os agentes sociais, junto à lógica da preservação que diversifica os agentes naturais, deixa de fora a pluralidade constitutiva das relações e grupos que ocupam as áreas em disputa. Desde os anos de 1980, ao mesmo tempo em que novos significados de ‘natureza’, ‘comunidade tradicional’, ‘situações de risco’ e sua posição estratégica enquanto expressões da retórica política dos movimentos sociais e do Estado eram veiculadas e apropriadas pelos distintos atores sociais, antigos valores e interesses entrecruzavam e se perpetuavam reiterados sob novas formas.

Em situações tão assimétricas no poder da definição onde insurgem e ressurgem significados, práticas e valores, como constituir condições de luta quando o espaço sobreposto é imposto?

Questionando categorizações como “indígenas” e “grupos em situações de riscos” que configuram atribuições de identidade vivenciada como negativa e destituídos do acesso às condições estratégicas para o empoderamento da

auto-atribuição de comunidade tradicional, as famílias do “Campinho” reivindicavam, através de suas práticas e memórias, o direito ao reconhecimento de seu território, minando a autoridade instituída. Desmontavam a eficácia das intervenções municipais, pois apesar da compulsoriedade para que saíam do lugar, diante da falta de alternativas, “quem desce acaba voltando” afirmavam nossos interlocutores. Ressignificavam, paradoxalmente, as “situações de risco” criadas pela presença dos traficantes que, apesar das ameaças dos tiroteios entre gangues dos morros e com a polícia, se tornaram as únicas “formas de proteção” da comunidade do Campinho, conseguindo barrar a execução do projeto de evacuação da área, impedindo a chegada dos agentes externos que foram obrigados a interromper as ações de persuasão e pressão sobre os moradores para sair do local.

A perspectiva de uma “cidade melhor para todos” do Projeto Terra mais Igual da PMV se pauta num programa integrado de desenvolvimento humano marcado pelo déficit de solidariedade e do reconhecimento da diversidade como critério de ação cidadã e de gestão participativa. Paul Little (2004) argumenta que quando o embate e as negociações se dão de forma desconexa do pluralismo jurídico e político, os conflitos se tornam “intratáveis” e exigem novos mecanismos para geri-los ou para diminuir o grau de polarização entre os grupos. A dificuldade em solucionar este conflito é agravada por sua repetição, numa longa série de ocorrências silenciosas/silenciadas, pois é da justificativa desenvolvimentista que está imbuído o discurso ambientalizado que dá continuidade aos mesmos processos autoritários de ordenamento e remoção territorial, erradicando as pessoas de seus espaços de pertencimento, legitimando a reprodução das desigualdades, impedindo o processo emancipatório e o avanço numa gestão pública que consiga de fato ser democrática.

Da idéia da natureza intocada, produzida no âmbito do desenvolvimento industrial, estão imbuídas as políticas ambientalistas que funcionam segundo moldes neocoloniais, atendendo a interesses de grupos hegemônicos. A

administração dos conflitos gerados pelo domínio da ética industrial preservacionista trouxe um modelo de gestão e conhecimento ambiental, que marginaliza, quando não desqualifica, as determinações de ordens sociais pautadas em outras racionalidades culturais, sociológicas e econômicas, baseadas no lugar (Escobar, A. 2005).

Políticas públicas, sustentadas pelo enfoque da biologia da conservação com planos de manejo pré-estabelecidos, em oposição à ecologia histórica e social, ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais por comunidades tradicionais, afligem de maneira autoritária modelos locais de reprodução da biosociodiversidade. A irrelevância histórica atribuída aos papéis e atividades destes atores sociais consolidou a atitude implacável a enxergá-los pelas performances inadequadas em um sistema mais abrangente, protelando a realização de um programa político pautado no pluralismo étnico (Barth, F. 1969).

#### **Referências:**

ALIER, J.M. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

ALVES, A. & SAMAIN, E. *Os argonautas do mangue. Precedido de Balines Character (re) visitado*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BANCK, G. “Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo”. In ***Cadernos de História***. Vitória: Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, 2000. nº 13.

BARTH, F. “Os grupos étnicos e suas Fronteiras” In: ***O guru, o iniciador e suas fronteiras***. São Paulo: Edusp, 2000.

BECK, U. *Risk society Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications, 1992.

BOTELHO, T. R. “Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luis”. In ***Eure: Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales***. Santiago (Chile): Pontificia Universidad Católica de Chile, 2005. pp. 53-71.

CAMPOS J.R, C. Teixeira. *A Construção da Cidade: Formas de Produção Imobiliária em Vitória*. Vitória: Edições Flor&Cultura, 2002..

CARLOS, E. & SILVA, M. Z. “Participação Popular e Parcerias na Gestão de Cidades: Avaliando a Experiência da Cidade de Vitória (ES)”. In: **Relatório técnico-científico de pesquisa**. Vitória: FACITEC/Prefeitura Municipal de Vitória, 2004.

CICCARONE, C. & MOREIRA, E. “Os Tupinikim e a cidade: etnicidade em contexto urbano”. In: **Revista Geografares**. Vitória: PPG-UFES, 2008.

DERENZI, L. S. *Biografia de uma ilha*. 2ª edição. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1995.

DESCOLA, P. “Ecologia e Cosmologia”. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.

*DIAGNOSTICO SOCIOECONÔMICO da Comunidade de “Campinho” da Fonte Grande*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria de Gestão Estratégica, Núcleo Gestor do Projeto Terra Mais Igual, Poligonal 3, 2009.

DIEGUES, A.C.; NOGARA, P. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB-USP, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Nosso Lugar Virou Parque: um Estudo Sócio-Ambiental do Saco do Mamanguá – Paraty (RJ)*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 1999.

DOUGLAS, M. & WILDAWSKY, A. *Risk and culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers*. Berkeley (EUA): University of California Press, 1982.

\_\_\_\_\_. *Risk and blame. Essays in cultural theory*. Londres (Reino Unido) e Nova Iorque (EUA): Routledge, 1992.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.

\_\_\_\_\_. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENTREVISTA COM ULRICH BECK. *Incertezas fabricadas: inovações tecnológicas e ética da sustentabilidade*. São Leopoldo, IHU On Line, 2006. nº 181.

ESCOBAR, A. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires (Argentina): CLACSO, 2005. Colección Sur Sur. pp. 133-168.

GUIVANT, J.S. “A trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”. In: **BIB: Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**. ANPOCS, 1998. nº 46.

HAESBAERT R. “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. In **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

HERCULANO, S. “O campo do ecologismo no Brasil: o fórum das ONG’s”. In: FRY, P. et al. (Ed.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1996.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.)& ANTONAZ, D. & PRADO, R. & SILVA, G. (Orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. “A Ciência do Concreto”. In: **O Pensamento Selvagem**. Campinas (SP): Papyrus, 1989.

LITTLE, P. “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade”. In: **Série Antropologia**, Brasília-DF: DAN-UNB, 2002. nº 322.

\_\_\_\_\_. “Ecologia Política como Etnografia: Um Guia Teórico e Metodológico”. In: *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. n° 25.

LOBÃO, R. J. da Silveira. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo. Como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento*. Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília, UNB, 2006.

MOREIRA, V. M. L. 2005. “Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875)”. In *Diálogos Latinoamericanos*. Aarhus (Dinamarca): Universidade de Aarhus, 2005. v. 11. pp. 94-120.

MOTA, F. R. “Quando a cidade vira meio ambiente: notas antropológicas sobre conflitos ambientais no Brasil”. In: *Anais da First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb)*. Lisboa (Portugal): 2007. Disponível em <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=149&print=1&cf=3>.

OLIVEIRA, J. Pacheco (Org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

OLIVEIRA, O. M. de (Org.) et al. *História, Memória e Cultura nos Morros da Piedade e Fonte Grande*. Vitória: Instituto Elimu Professor Cleber Maciel/Secretaria da Cultura-ES, 2009.

PALHANO, F. F. “Intervenções Urbanas na Área Central de Vitória (ES): Reforma urbana versus reforma urbanística”. In: *Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina*. Montevidéu (Uruguai), 2009. n° 12.

*PESQUISA SÓCIO-ORGANIZATIVA PROJETO TERRA*. In *Acervo Histórico-Documental do Projeto Terra*. Vitória: Engesane, 2006.

*PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE VITÓRIA*. Lei 4.167/94. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1994.

*PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA FONTE GRANDE*. Vitória: Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Instituto de Defesa Agropecuária e Floresta. Vitória: Cepemar, 1996.

*PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE: 1996-2010*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br>

PRADELLA, L. G. Souza. “Tempo, espaço e referência: marcos de ambiência Kaingang no Morro do Osso”. In: *Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro (Bahia): ABA, 2008.

RENN, O. *Precautionary, principle: risk uncertainty and rational action*. Bruxelas (Bélgica): European Parliament, 2003. Disponível em <http://www.allchemeseminars.org/downloads/03-10-01/20031001report.pdf>.

CICCARONE, Celeste. “A igualdade “por baixo” e a escadaria “do céu”: Erradicação da pobreza, ambientalismo e pluralidade num caso de conflito socioambiental na cidade de Vitória”. In: *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 04-53.

PRADELLA, L. G. Souza. “Tempo, espaço e referência: marcos de ambiência Kaingang no Morro do Osso”. In: **Anais da 26<sup>a</sup>. Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro (Bahia): ABA, 2008.

RENN, O. *Precautionary, principle: risk uncertainty and rational action*. Bruxelas (Bélgica): European Parliament, 2003. Disponível em <http://www.allchemeseminars.org/downloads/03-10-01/20031001report.pdf>.

SILVA, S. et al. “São Benedito: Território Negro Urbano”. In: **Quilombos urbanos em Vitória: etnicidade e territorialização**. Vitória: Relatório de Pesquisa FACITEC, Prefeitura Municipal de Vitória, 2007.

SOUZA, M. Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008. 5<sup>a</sup> Ed.

VEYRET, Y. (Org.). *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007..

ZAMBRANO, C. “Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural”. In: **Boletim Goiano de Geografia**. 2001. nº 21(1). pp. 9-49. <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4733/3980>